

Prefácio

Henrique Tahan Novaes

Como citar: NOVAES, Henrique Tahan. Prefácio. *In:* SANTOS FILHO, Raimundo José dos. **Fechamento de escolas rurais do Vale do Jamari no contexto do avanço do agronegócio em Rondônia.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p. 15-19. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-548-3.p15-19>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PREFÁCIO

Especialmente a partir dos anos 1960, há o início de uma grande e longa reestruturação do campo brasileiro. Com o golpe de 1964, houve uma profunda transformação do meio rural, que nós chamamos de avanço destrutivo do capital e os militares chamaram de “nova fronteira agrícola”. No caso da Amazônia, adotaram o slogan “Integrar para não entregar”.

Octavio Ianni (2019), no livro “A ditadura do grande capital”, nos mostra o avanço destrutivo do capital rumo a novas regiões e fronteiras. Mostra também o surgimento de novas corporações no Sul e Sudeste, dedicadas ao abate de porcos, frangos e bois, além da instalação de grandes corporações transnacionais produtoras de agrotóxicos, adubos sintéticos, tratores e implementos agrícolas — os pilares da chamada revolução verde.

Novas rodovias são criadas, assim como portos, aeroportos, usinas hidrelétricas, tendo em vista a criação das condições de produção do grande capital. O autor mostra ainda a convivência de formas de trabalho “arcaicas” no campo (como o trabalho análogo ao escravo) e o surgimento de um novo proletariado rural e urbano. Essa reestruturação do campo iniciada nos anos 1950-60 não foi nada “doce”: aconteceu à base de assassinatos de lideranças das Ligas Camponesas do PCB e das Ligas Camponesas do Nordeste, do fechamento de sindicatos rurais, do roubo de terras indígenas, de tentativas de assassinato e assassinatos, da queima de roças etc.

Os militares fizeram algumas políticas de colonização, mas obviamente não fizeram a reforma agrária. No período de “redemocratização”, chamado por Florestan Fernandes de “institucionalização da ditadura”, nos governos Collor, Fernando Henrique Cardoso e Lula, surgiram algumas políticas de criação de assentamentos, em grande medida como resultado da pressão de movimentos sociais do campo e de organismos internacionais.

Do ponto de vista social e ambiental, já na campanha, Bolsonaro acenou para o agronegócio com uma agenda de endurecimento da repressão aos movimentos sociais do campo, e de liberdade total para que o capital avançasse rumo a áreas virgens. Acenou para os fazendeiros do norte do Brasil! Bloqueou completamente a agenda estatal ecológica e abriu a porteira para a boiada passar, na expressão do Ministro Ricardo Salles. Bolsonaro disse também que os indígenas não teriam um centímetro quadrado de terra, e comparou os quilombolas a bois, pesados em arrobas.

Antes de adentrar especificamente no tema abordado pelo querido Raimundo, me permitam lembrar que em janeiro de 2019, ocorreu o crime de Brumadinho. Mais de 250 mortos, e mais uma vez um ecossistema completamente destruído. Se não bastasse o grande crime de Bento Gonçalves-Mariana, em 2015, alguns poucos anos depois aconteceria o crime de Brumadinho. Logo em seguida ao crime de 2019, um funcionário declarou que “O Estado de Minas Gerais deveria estar inteiro em estado de alerta”.

Poucos meses antes, em novembro de 2018, a Câmara Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais votou pela reabertura da barragem de Brumadinho, que se encontrava desativada havia três anos. Poucos pareciam se lembrar da tragédia de Mariana, ocorrida em 5 de novembro de 2015. E, por 7x1, a Câmara liberou a barragem. Naquela ocasião, a única representante da “sociedade civil” que votou contra, declarou em seu voto: “Isso beira à insanidade”. Para nós, era a própria insanidade. Em Minas, no Estádio do Mineirão, com os mesmos 7x1, a Alemanha eliminou o Brasil da Copa do Mundo de futebol masculino de 2014. Foi traumático, mas passou. Aquele placar de 7x1 que liberou a barragem anunciou um verdadeiro crime, diferente da tragédia do jogo de futebol, pois trouxe consequências nefastas para o povo e para os ecossistemas brasileiros.

Seria o Brasil um dos melhores exemplos da atualidade do conceito acumulação primitiva ou originária de Karl Marx? Tudo indica que sim, e o livro que ora prefaciamos mostra as particularidades da ofensiva do capital no norte do Brasil, especialmente em Rondônia. O Brasil se tornou um dos maiores palcos da nova fase da acumulação primitiva, baseada no cercamento de terras em regiões “virgens”, não exploradas ou tocadas pelo capital.

A nova fase da acumulação primitiva traz consigo problemas crônicos do Brasil como acesso à terra pelos camponeses, a fome, a subnutrição, a insegurança alimentar, a exportação de commodities, o fechamento de escolas, queimadas e destruição de ecossistemas.

Os relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos mostram a escalada de assassinatos, inclusive nos governos Lula-Dilma-Lula. À medida que o capital avança para a “novíssima fronteira agrícola”, que engloba áreas do Pará, Maranhão, Tocantins e Oeste da Bahia, as taxas de assassinato e as tentativas de assassinato de lideranças aumentam. Somos o 4º país que mais mata ativistas sociais no mundo, e os militantes de Rondônia fazem parte desta triste estatística.

Cabe lembrar também que os “quatro séculos de latifúndio” não comandam apenas a inserção econômica dependente e associada da nossa burguesia nativa, mas o comando político do nosso subsistema econômico ao sistema capitalista mundializado (IANNI, 2019). Este comando político impede ou dificulta as lutas dos movimentos sociais por terra, educação, saúde, trabalho digno, defesa do “meio ambiente”, etc., portanto, é possível relacionar a questão agrária com a questão educacional, ambiental, trabalhista, tal como podemos ver no livro de Raimundo José dos Santos Filho.

A industrialização da agricultura no norte do país, além de criar um vasto negócio para o capital financeiro, coloca o Estado a serviço da criação das condições gerais de produção e reprodução do agronegócio, dá origem a um grande mercado de agrotóxicos, adubos sintéticos, tratores, implementos agrícolas e sementes transgênicas, bases da “revolução verde” e da monocultura de exportação de commodities em grandes propriedades. Além disso, subordina os camponeses, que são tragados pelo canto da sereia da “revolução verde”, e acabam endividados, trabalhando para o banco. Por sua vez, o domínio quase absoluto do campo pelo grande capital impossibilita ou dificulta a manutenção ou florescimento de alternativas anticapitalistas no campo e certamente também na cidade.

A tese de doutorado de Raimundo dos Santos Filho - que tive o prazer de orientar aqui no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP Marília - nos mostra que são muitas as consequências da ofensiva do capital no norte do Brasil, especialmente em Rondônia. Uma

delas é certamente o fechamento de escolas e a outra a reestruturação das escolas restantes.

Raimundo dos Santos Filho observa que desde quando se pensou na transformação do Território Federal de Rondônia em Estado, ainda nos anos 1960, tiveram início as primeiras experiências educacionais, trazidas pelos primeiros migrantes vindos de diversas regiões do país, mas principalmente do Sul e do Sudeste.

Nos mostra também que as primeiras escolas, muito precárias por conta da dificuldade de locomoção e falta de recursos financeiros, eram multisseriadas, situadas nas chamadas “linhas”, que formavam o traçado dos assentamentos criados pelo INCRA.

Com a expansão das áreas agrícolas e a ampliação da pecuária no Estado, em vez de serem melhoradas essas escolas, elas foram aos poucos sendo fechadas, pois as pequenas propriedades dos primeiros assentados foram compradas pelos grandes proprietários, com produção realizada em larga escala e, quase sempre, de monocultura.

Nos anos 1990, veio o “soco final”: a penetração do cultivo da soja acelerou o processo de fechamento das escolas multisseriadas, aliada ao intenso processo de urbanização da população, com destaque para o Vale do Jamari, região estudada a fundo pelo professor Raimundo.

Por último, mas não importante, gostaria de destacar a grande quantidade de informações levantadas por Raimundo, tanto no que se refere ao avanço do agronegócio no estado de Rondônia, com ênfase especial no Vale do Jamari. Da mesma forma, o levantamento de dados sobre fechamento de escolas permite o conhecimento da realidade concreta para uma análise concreta da destruição de sistemas educacionais e reestruturação de sistemas educacionais no norte do país. Infelizmente, os dados revelados mais se parecem a um filme de “terror educacional” misturado com filme de “terror socioambiental”, mas o que é isso, senão o Brasil?! “De Porto Alegre ao Acre, a pobreza só muda o sotaque!”, De Porto Alegre a Rondônia, estamos colhendo os frutos dos crimes ambientais cometidos pelo avanço destrutivo do capital! Eventos extremos como secas no Norte e chuvas intensas no Sul passam a fazer parte “naturalmente” da nossa realidade. Toda nossa solidariedade ao povo gaúcho e ao povo amazônida. Que este livro do professor Raimundo nos

ajude a compreender a nossa dura realidade e nos ajude a pensar em alternativas radicais e abrangentes ao sociometabolismo do capital!

Henrique Taban Novaes

Marília 09/05/2024